

POBREZA SEGUNDO O GÊNERO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 2004, 2009 E 2014

Amanda do Carmo de Oliveira Pereira¹
Ana Márcia Rodrigues da Silva²

RESUMO: A pobreza pode ser definida como a insuficiência de renda abaixo de um nível mínimo que permite o atendimento das necessidades mais básicas das pessoas. Alguns grupos sociais são mais afetados por esta condição, como as mulheres que possuem desvantagens em termos de renda em relação aos homens. Assim, neste artigo objetiva-se analisar a pobreza no Brasil conforme o sexo dos indivíduos. Para tanto, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004, 2009 e 2014. Foram calculadas as proporções de pobres entre homens e mulheres considerando os seguintes recortes: cor ou raça, região geográfica, inserção no mercado de trabalho e tipo de família. O estudo permitiu concluir que, em geral, a mulher apresenta maiores índices de pobreza quando comparadas aos homens em todos os grupos analisados, embora estas proporções tenham se reduzido no período de análise.

Palavras-chaves: Pobreza; Mulheres; Brasil.

POVERTY ACCORDING TO GENDER IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE YEARS 2004, 2009 AND 2014

ABSTRACT: Poverty can be defined as the insufficiency of income below a minimum level that allows the most basic needs of people to be met. Some social groups are more affected by this condition, such as women who have disadvantages in terms of income compared to men. Thus, this paper aims to analyze poverty in Brazil according to the gender of individuals. For this purpose, data from the Brazilian National Household Sample Survey (PNAD) for the years 2004, 2009 and 2014 were used. The proportions of the poor between men and women were calculated considering the following cutouts: color or race, geographic region, insertion in the labor market and type of family. The cumulative study that, in general, women has higher rates of poverty when compared to men in all groups analyzed, although these proportions reduced in the period of analysis.

Keywords: Poverty; Women; Brazil.

Data da submissão: 17-05-2021

Data do aceite: 10-12-2021

INTRODUÇÃO

A situação de pobreza se relaciona às carências sociais e econômicas enfrentadas pelos indivíduos no atendimento de suas necessidades básicas. Neste caso, recursos como alimentação, moradia, educação, assistência médica, água potável, entre outros, possuem seu atendimento comprometido em termos da renda suficiente para satisfazê-los (VASCONCELOS, 2007).

Em geral, a pobreza pode ser mensurada com base na insuficiência de renda ou consumo abaixo de um nível mínimo chamado de linha de pobreza. Os indivíduos ou famílias que se encontram abaixo deste nível estão desprovidos de terem acesso a esses bens e serviços essenciais.

O Brasil é um país que ainda apresenta um alto nível de pobreza, com discrepâncias regionais. Tal contradição se explica fundamentalmente pelo padrão de desenvolvimento da economia brasileira, que resultou em má distribuição de renda e riquezas entre a população. A região do Nordeste, por exemplo, apresenta grande desigualdade e pobreza quando comparada às demais regiões do país. As discrepâncias se tornam nítidas quando se observa o Sul, que possui índices relativamente mais baixos (BARROS; MENDONÇA; DUARTE, 1997).

¹ Graduada em Ciência e Economia - Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

² Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Além das diversidades entre as regiões, a pobreza pode afetar homens e mulheres de maneira distinta. Isto porque, a mulheres estão sujeitas à discriminação, extensas jornadas produtivas e reprodutivas, menores rendas do trabalho, entre outras desvantagens. Sendo assim, neste estudo objetiva-se analisar a pobreza no Brasil segundo o sexo. O estudo procurou observar se a mulher, de fato, possui índices de pobreza mais elevados que os homens, conforme algumas categorias que serão analisadas, como, cor ou raça, região geográfica inserção no mercado de trabalho e tipo de família.

Neste intuito foram calculadas proporções de pobres, baseando-se na família de índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT), utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) dos anos de 2004, 2009 e 2014. Estes anos foram escolhidos porque representam um período coerente do ponto de vista de análises de indicadores sociais. Nesse sentido, a maior parte desse período compõe um cenário de crescimento econômico com inclusão social, aquecimento no mercado de trabalho e valorização do salário mínimo (BALTAR; SOUEN; CAMPOS, 2015; SABOIA, 2014).

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção aborda-se a definição sobre o conceito de pobreza, algumas características e classificações. Em seguida apresenta-se brevemente a situação da pobreza no Brasil, salientando algumas diferenças que ocorrem entre homens e mulheres. Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos do estudo, seguidos pela análise dos resultados alcançados.

2. ALGUMAS DEFINIÇÕES SOBRE POBREZA

A definição conceitual sobre pobreza é marcada por uma variedade de interpretações. A abordagem mais comum a vincula como renda ou consumo insuficiente. Neste caso, a baixa renda é a principal maneira de se definir o termo abordado.

Para sua definição é importante a diferenciação entre indivíduos pobres e não pobres. A forma conceitual para que ocorra essa diferenciação se dá conforme três maneiras de compreendê-la. São elas: pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjetiva (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Sob o ponto de vista da insuficiência de renda, a pobreza absoluta diz respeito a um mínimo de renda suficiente para que o indivíduo consiga adquirir calorias que são minimamente necessárias para a reprodução fisiológica. A este nível é comum que se acrescentem as necessidades de transporte, moradia, etc. que são absolutamente importantes para a sobrevivência humana (SALAMA; DESTREMAU, 1999).

Já a pobreza subjetiva considera que pobres são aqueles cujo nível de renda está abaixo de algum nível considerado “exatamente suficiente” para se viver. “A abordagem subjetiva, por sua vez, dá relevância às opiniões das pessoas, em termos dos bens e serviços que por elas são valorizados. [...] a privação subjetiva está associada ao enfoque da pobreza relativa [...]” (CODES, 2008, p. 21).

Por sua vez, a pobreza relativa é classificada de acordo com o nível de vida da sociedade dominante em questão. O conceito de pobreza, sob esta ótica, é estabelecido em função de um padrão médio de vida a ser alcançado. Logo, refere-se às privações relacionadas a um conjunto de bens comuns na sociedade.

A diferenciação entre pobres e não pobres, geralmente, é realizada por meio de um nível de corte denominado linha de pobreza. Trata-se, portanto, de um nível abaixo do qual o indivíduo é considerado pobre, sendo as medidas relativas e absolutas as atribuições, comumente, mais utilizadas nas análises.

Esta visão da pobreza baseada fundamentalmente na insuficiência de renda tem sido questionada. Segundo Kageyama e Hoffmann (2006, p.85), “a renda é um indicador pouco confiável, pois as pessoas fornecem informações inexatas, os valores não são atualizados, há flutuações ao longo do ano, utiliza-se uma linha de pobreza arbitrária e assume-se uma distribuição igualitária dentro do domicílio”.

Por estes motivos, nas abordagens alternativas sobre pobreza agrega-se um conjunto de critérios ou dimensões, além da renda para sua mensuração, como por exemplo, a visão da pobreza multidimensional. Isso significa reconhecer e incorporar várias dimensões ao conceito de pobreza (SILVA; BRUNO; SILVA, 2020). Apesar disso, a mensuração da pobreza por meio da renda ainda é a forma mais usual. De acordo com Sen (2000), a renda é uma importante medida de bem-estar, uma vez que é capaz de refletir o padrão de vida de uma sociedade.

Por este motivo, a renda é utilizada como referência na maior parte dos estudos sobre pobreza. Embora seja reconhecida suas limitações, ela está presente na maior parte das bases de dados. Além de tornar as

análises mais intuitivas, a utilização da renda como variável representante para o bem-estar permite maior facilidade e praticidade nos estudos sobre o tema.

É notório que alguns grupos são mais vulneráveis à situação de pobreza que outros. Nesta questão é importante considerar a forma de obtenção de renda ocorre de diversas maneiras entre os distintos grupos sociais. Há que se considerar as questões históricas do território de análise, as formas de inserção no mercado de trabalho, desigualdades regionais, desigualdades entre os sexos, entre outras questões. Dito isso, na próxima seção será apresentada brevemente a questão da pobreza no Brasil com destaque para a situação das mulheres, objeto de estudo deste trabalho.

3. A POBREZA NO BRASIL E A SITUAÇÃO DAS MULHERES

O Brasil é marcado por desigualdades regionais, e os níveis de pobreza atingem graus distintos conforme as diferentes regiões. As maiores proporções de pobres³ estão mais evidentes no Nordeste e Norte do país, apresentando diminuições em direção ao Sul, o que torna evidente que há elementos regionais para se explicar a pobreza (ROCHA, 1996).

Conforme Baltar *et al.* (1996), o padrão de desenvolvimento do Brasil que se firmou após 1930 gerou heterogeneidade social e pobreza. O rápido desenvolvimento brasileiro até a década de 1970, ao contrário do que se esperava, contribuiu para a expansão dos níveis de pobreza. Um dos fatores que explicam o pauperismo foi o próprio padrão de desenvolvimento. Com a crise desse modelo, nos anos 1980, houve uma retração da situação social, com aumento da pobreza e da desigualdade social, resultando também em uma piora nas ocupações no mercado de trabalho.

Após 1993, a estabilidade econômica, e a implementação das transferências sociais do governo havia uma tendência de redução da pobreza. Além disso, a estabilidade macroeconômica, minimizou a contribuição da hiperinflação para a desigualdade social (LITCHFIELD *et al.*, 2006). Ademais, entre os anos de 1993 e 2001 ocorreu também uma diminuição da desigualdade na distribuição de rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA).

De acordo com Pochmann (2009), na década de 1990 o número de pobres se elevou mais lentamente. Assim sendo, entre os períodos de 1990 e 2009 os índices foram diminuindo, mesmo em momentos de desaceleração econômica. Pochmann (2009) afirma que os índices de pobreza presentes nas regiões metropolitanas do Brasil desaceleraram, tendo um efeito de queda até abril de 2009. O autor ressalta que “as possíveis razões explicativas para a recente trajetória de pobreza metropolitana diversa de outros períodos analisados, encontram-se as políticas públicas” (POCHMANN, 2009, p. 4). Outro fator que permitiu este cenário de retração dos índices foram os sucessivos ganhos reais do salário mínimo, – associado às políticas de transferência de renda – que garantiu renda aos pobres.

Segundo Baltar, Souen e Campos (2017), o período entre 2004 até 2013 foi marcado pelo crescimento com inclusão social. Neste período, destaca-se o processo de geração de renda com elevação do emprego formal e do poder de compra salarial. A partir de 2004, o país atingiu dinamismo econômico, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 5% anuais. No final de 2008 ocorreu uma crise internacional, que obrigou o governo a tomar medidas para minimizar seus efeitos. Findada a recessão, em 2010, a economia brasileira voltou a crescer, com desempenho de 7,5%. Entretanto, a recuperação permaneceu por pouco tempo, colocando o país em uma fase posterior de queda no crescimento (SABOIA, 2014).

Nesse sentido, após 2008 houve desaceleração do PIB, mas considerando-se o período conjuntamente houve um crescimento modesto. Um aspecto marcante na geração de emprego e renda, deste período de crescimento com inclusão social, foi a forte ampliação do emprego formal acompanhada de uma importante elevação no poder de compra dos salários. “Esse caráter inclusivo do crescimento da economia foi uma novidade no Brasil, onde aumentos expressivos na renda da população costumavam ser acompanhados de aumento na desigualdade” (BALTAR; SOUEN; CAMPOS, 2017, p. 6). Este período de crescimento chegou ao fim em 2013, já que, em 2014 houve diminuição do ritmo de atividade econômica.

Esse cenário de crescimento econômico e elevação do nível de emprego e renda, bem como, a reversão dele pode afetar os indicadores de pobreza. Por este motivo, é importante estudar a pobreza nos mencionados anos de modo a identificar sua trajetória neste período.

³ A proporção de pobres poderá ser melhor entendida quando for apresentado o índice de Foster- Greer-Thorbecke (FGT) na sequência.

Além disso, é importante mencionar, dentro do cenário de pobreza no Brasil, que as mulheres são fortemente afetadas pela insuficiência de renda pelo simples motivo de serem mulheres, “sendo esta última uma variável importante e independente, criando uma correlação perversa entre a desigualdade social e a desigualdade de gênero da população brasileira” (HULLEN; BROTTTO, 2015, p. 4). Entre os fatores que influenciam este fato podem-se citar como exemplo a posição ocupada pela mulher no mercado de trabalho, as diferenças salariais em relação aos homens, assim como, os cargos ocupados.

Sendo assim, ao abordar a pobreza no Brasil, os contextos a serem estudados vão além da questão econômica, sendo preciso também ressaltar fatores como gênero. Isto é importante para fundamentar e complementar o estudo da pobreza.

3.1 CONDIÇÕES ENFRENTADAS PELAS MULHERES NO BRASIL

A condição de pobreza das mulheres está ligada com a sua inserção no mercado de trabalho. Isto porque, a renda do trabalho desempenha um importante papel na renda das famílias, representando um gargalo entre as famílias chefiadas por mulheres. De acordo com Castro (2001), o aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores afeta, principalmente, as mulheres, crianças e jovens. Isto se dá tanto por conta da interferência nos orçamentos, quanto em termos de vitimização e violência enfrentados.

Historicamente, as mulheres desempenham funções de esposas, mães e donas de casa, ao passo que os homens eram responsáveis pela chefia e sustento do lar. Esta posição ocupada pelas mulheres começou a sofrer mudanças quando ocorreram as I e II Guerras Mundiais. Neste momento, as mulheres tiveram que ocupar maior espaço no mercado de trabalho, tendo em vista que os homens estavam envolvidos nas batalhas (PROBST, 2003, p. 2).

Apesar disso, as mulheres ocupavam funções pouco valorizadas, além de serem julgadas pela sociedade. Havia a compreensão de que a mulher não deveria ganhar dinheiro. As que se sujeitassem ao trabalho eram julgadas. “As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc.” (PROBST, 2003, p. 1).

A partir da década de 1970, elas conquistaram mais espaço no mercado de trabalho. E apesar de terem conseguido maior espaço desde então, sua inserção foi marcada pela discriminação e desigualdade de rendimentos do trabalho (PROBST, 2003). Estas diferenças perduraram ao longo do tempo (embora tenham diminuído). Além da desigualdade de salários, as mulheres ainda enfrentaram jornadas mais extensas, ao se considerar o trabalho doméstico exercido por elas, isto é, o trabalho reprodutivo.

Segundo Lavinias (1996), existem desigualdades que são tipicamente de gênero e outras que ocorrem entre pobres e não-pobres independentemente do gênero. De acordo com a autora, as desigualdades de gênero não são maiores entre os indivíduos pobres, de maneira que as mulheres em geral, sendo pobres ou não pobres são afetadas pela desigualdade de gênero. A taxa de atividade das mulheres é inferior à dos homens sejam pobres ou não-pobres. O mesmo ocorre com a jornada de trabalho produtivo. Apesar disso, o desemprego e as condições precárias de trabalho são mais evidentes entre as pessoas pobres.

De acordo com Melo e Bandeira (2005), a pobreza afeta diferentemente os sexos. Como as mulheres exercem muitas atividades não remuneradas, elas possuem um maior número de privações. Isso faz com que grande parte das mulheres sejam dependentes dos homens no sustento do lar. O fato das mulheres ainda serem majoritariamente responsáveis pela execução dos trabalhos no lar faz com que sejam penalizadas neste processo.

Castro (2001, p. 90) afirma que:

O reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações se cruzam, como os de classe, de raça e de gênero, o que me leva a insistir que políticas de ações afirmativas se fazem necessárias mais no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha.

Assim, é importante considerar os grupos mais suscetíveis à situação de pobreza. No caso deste estudo, o enfoque será na situação de pobreza da mulher. Apesar do progresso que a mulher conquistou durante todos estes anos, sua situação ainda é de desvantagem.

3.2 A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL: UMA BREVE DISCUSSÃO

Segundo Medeiros e Costa (2008), a ideia de feminização da pobreza surgiu na década de 1970, mas ganhou força a partir dos anos 1990. Os autores apontam que a feminização da pobreza consiste em uma alteração no nível de pobreza de maneira desfavorável às mulheres. Isso ocorre quando há uma elevação da diferença entre os níveis de pobreza enfrentado por mulheres e homens. Então, este é um conceito relativo quando se compara homens e mulheres. Porém, o conceito não se restringe a isso, já que o processo de feminização da pobreza está relacionado com a elevação da pobreza entre as mulheres tanto de forma absoluta quanto de forma relativa (COSTA, et al., 2005).

Assim, este fenômeno é caracterizado por:

- a) aumento da proporção de mulheres entre os pobres; b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres; d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; e f) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens (COSTA, et al., 2005, p. 16).

O início das discussões sobre o tema estava relacionado com o empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres. Deste modo, estas famílias estariam em posição de desvantagem por terem como provedoras uma mulher, geralmente sem cônjuge. A situação de vulnerabilidade aumentaria pelo fato dessas famílias contarem com uma única provedora adulta (COSTA, et al., 2005).

As mulheres possuem maiores dificuldades para se inserirem na vida pública. Além disso são mais passíveis de vulnerabilidade. Estas questões são ampliadas ao se relacionarem com a situação de pobreza, o que dificulta o alcance da autonomia das mulheres (SZUL; SILVA, 2017).

Essa situação ainda é mais preocupante em países como o Brasil, que possui grande desigualdade social. De acordo com Costa *et al.* (2005), há poucos estudos sobre o tema no Brasil de modo a identificar a incidência da pobreza entre as mulheres. Assim sendo, na sequência apresenta-se o procedimento metodológico para análise da pobreza conforme o gênero.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Neste trabalho foi utilizada como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para a análise foram utilizados os dados dos anos de 2004, 2009 e 2014, considerando-se todo o território nacional. Os dados obtidos pela PNAD são oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nestes microdados é possível obter informações sobre as características socioeconômicas e demográficas, ano a ano para toda a população brasileira. Esta base de dados anual foi completamente substituída pela PNAD contínua a partir do ano de 2016, que deu continuidade à divulgação das informações.

Quanto aos anos de análise, estes anos foram escolhidos porque consistem em um período coerente do ponto de vista da pobreza e da distribuição de renda, por abrangerem a vigência de políticas como a valorização do salário mínimo, por exemplo. A política de valorização do salário mínimo foi considerada relevante para a retração da desigualdade social, da pobreza e de desigualdades no mercado de trabalho, tais como gênero e raça. Além disso, o período de análise, foi referenciado como crescimento com inclusão social, conforme ressaltado por Baltar, Souen e Campos (2015). Embora tenha ocorrido uma crise econômica em 2009 e os rumos da economia tenham mudado a partir de 2014, ainda assim trata-se de um período coerente para análise do ponto de vista social. Por este motivo, é importante que estes dois anos (2009 e 2014) estejam presentes no estudo, por representarem anos marcados por crises e mudanças na trajetória de crescimento econômico.

De modo a calcular a pobreza por sexo nos anos analisados foram computadas proporções de pobres. Neste intuito, recorreu-se à família de índices de Foster-Greer-Thorbecke (FGT), que podem ser obtidos por meio da expressão abaixo:

$$FGT = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha \quad (1)$$

Em que:

q é o número de pobres (homens ou mulheres), cuja renda domiciliar *per capita* (considerando as pessoas de 10 anos ou mais) é menor que a linha de pobreza;

n é a população estudada (homens ou mulheres);

z é a linha de pobreza;

y_i é a renda *per capita* do i -ésimo domicílio, considerando as pessoas de 10 anos ou mais; e

α é a aversão à pobreza, que quando é igual a 0 permite obter a proporção de pobres.

Quanto ao nível de corte para diferenciar pobres e não pobres, foram utilizadas as linhas de pobreza calculadas pela pesquisadora Sonia Rocha. Estas linhas são calculadas com base em cestas de consumo nutricionalmente adequadas. “A determinação das linhas de indigência e de pobreza no Brasil deve ter como base o consumo observado” (ROCHA, 2003, p. 50). Para o cômputo das linhas de pobreza, primeiramente, ocorre o estabelecimento das necessidades nutricionais da população estudada para que então sejam determinadas cestas alimentares para o atendimento de necessidades nutricionais. Posteriormente, são estabelecidas as necessidades não nutricionais. A utilização destas linhas de pobreza é vantajosa porque não se baseia no uso de uma linha de pobreza única para o país como um todo. Portanto, considera-se a diversidade no padrão consumo brasileiro e são estimadas linhas de pobreza para as diferentes unidades da federação, áreas urbanas e rurais e regiões metropolitanas. Estas linhas de pobreza podem ser consultadas no site do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

Após a estimação dos índices de pobreza dos homens e das mulheres, eles foram analisados conforme as variáveis: cor ou raça, região geográfica, condição no mercado de trabalho, escolaridade, tipos de família e chefes de domicílio. Os resultados estão apresentados na próxima seção.

5. RESULTADOS ALCANÇADOS

Como foi dito, a pobreza é uma situação de privação que afeta os indivíduos e os limita quanto a sua renda no atendimento das necessidades mais básicas. Neste trabalho, foi utilizada como variável chave para se medir a pobreza a renda domiciliar *per capita*.

A população estudada expandida através da amostra da PNAD para o ano de 2004 foi de 183,4 milhões de brasileiros. Destes 89,3 milhões eram homens e 94,1 milhões eram mulheres. Em 2009, a população total foi de 191,7 milhões, sendo 93,4 milhões de homens e 98,3 milhões de mulheres. Já no ano de 2014, a população estudada alcançou 203,1 milhões de habitantes, totalizando 98,4 milhões de homens e 104,7 milhões de mulheres. No gráfico a seguir apresentam-se as proporções de pobres no Brasil, em geral, nos anos de 2004, 2009 e 2014.

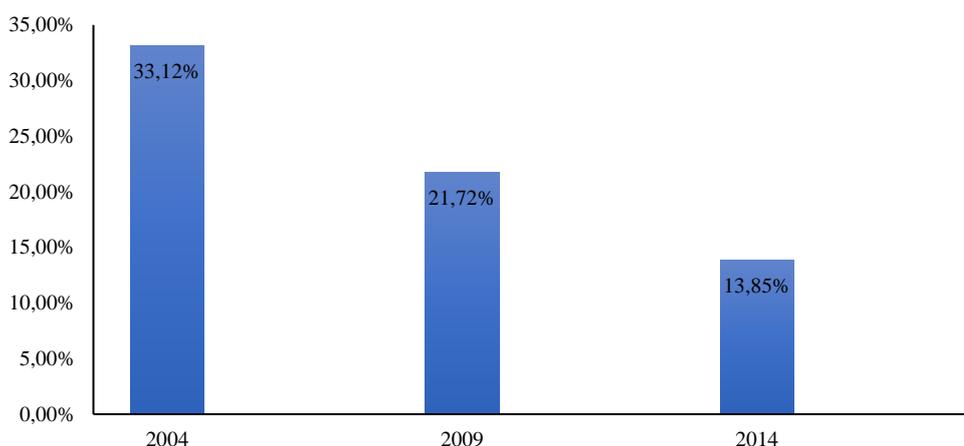


Gráfico 1. Proporções de pobres (FGT) no Brasil nos anos de 2004, 2009 e 2014.

Fonte: Elaboração das autoras por meio dos microdados das PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2014.

Conforme o Gráfico 1 nota-se uma queda nas proporções de pobres no Brasil no período estudado. Esta proporção passou de 33,12% em 2004, equivalente a 60,9 milhões de pessoas, para 21,72% em 2009, – 41,6 milhões de pessoas – chegando-se a 13,85% em 2014, ou seja, cerca de 27,5 milhões de indivíduos. Apesar da queda, esta proporção de pobres ainda é elevada, já que indica um percentual relevante da

população com sua condição de bem-estar comprometida pela insuficiência de renda. Essas pessoas não possuem atendimento às necessidades adequadas para obterem condições dignas de vida.

A renda é a variável importante na análise da discriminação por gênero, haja vista que, as diferenças observadas entre homens e mulheres são veementes, seja no mercado de trabalho, bem como na atribuição de tarefas no lar, conforme foi ressaltado por Probst (2003) e Melo e Bandeira (2005). Isso é importante, já que a renda do trabalho é um relevante componente da renda domiciliar. Embora esta diferença tenha diminuído com o passar dos anos, a mulher está sujeita a um maior nível de pobreza em razão das adversidades enfrentadas. Assim sendo, no Gráfico 2 apresentam-se as proporções de pobres conforme o sexo no período analisado.

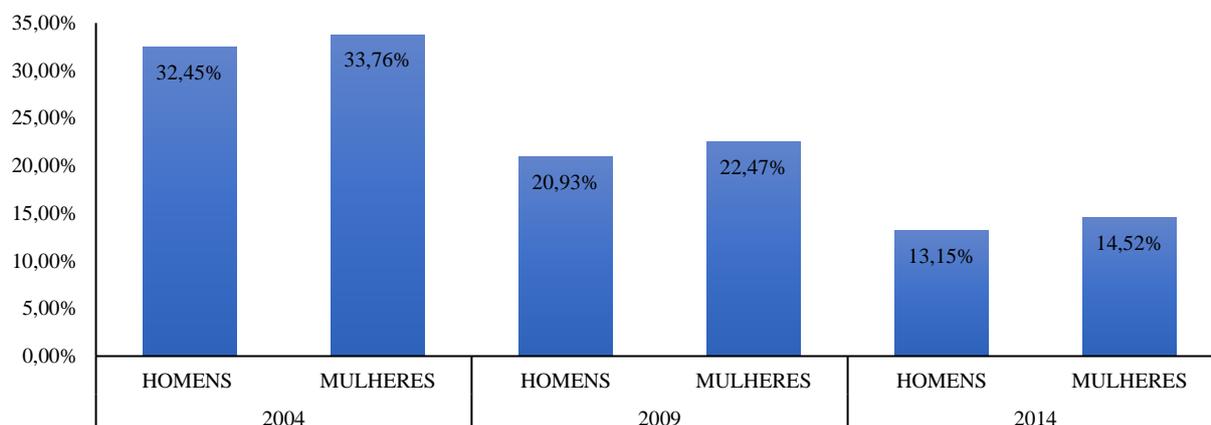


Gráfico 2. Proporções de pobres (FGT) no Brasil segundo o sexo nos anos de 2004, 2009 e 2014.

Fonte: Elaboração das autoras por meio dos microdados das PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2014.

No Gráfico 2 percebe-se que as proporções de mulheres pobres eram mais altas que as proporções de homens pobres no Brasil nos anos analisados. Nota-se uma diminuição dessas proporções. A pobreza das mulheres passou de 33,76% em 2004, para 22,47% em 2009 e depois para 14,52% em 2014. Entre os homens, os resultados foram de 32,45% em 2004, 20,93% em 2009 e 13,15% em 2014. Isso comprova que mais mulheres se encontravam na condição de pobreza do que os homens. Por meio da variação percentual nota-se que a pobreza entre os homens caiu 59,47%, entre 2004 e 2014, enquanto a pobreza entre as mulheres caiu apenas 56,99%, no mesmo período. Isso aponta para a feminização da pobreza no Brasil. O número absoluto de mulheres pobres no Brasil passou de 31,7 milhões em 2004 para 15,2 milhões em 2014, ao passo que o número absoluto de homens pobres era de 28,9 milhões em 2004 e caiu para 12,9 milhões em 2014.

Como foi visto, Castro (2001) reafirmou a vulnerabilidade social das mulheres, especialmente no que tange às identidades, como o fato de serem negras. Na Tabela 1 estão apresentadas as proporções de pobres entre homens e mulheres conforme a cor ou raça.

Tabela 1. Proporções de pobres (FGT) conforme a cor/raça entre homens e mulheres no Brasil (2004-2009-2014) – em %.

| Grupo | 2004 | | 2009 | | 2014 | |
|----------|--------|----------|--------|----------|--------|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Indígena | 48,31 | 49,62 | 28,02 | 26,30 | 25,22 | 25,12 |
| Branca | 22,96 | 23,95 | 14,24 | 15,06 | 8,64 | 9,36 |
| Preta | 40,49 | 43,31 | 26,06 | 28,94 | 15,29 | 18,62 |
| Amarela | 14,62 | 18,38 | 10,30 | 9,98 | 5,39 | 7,41 |
| Parda | 42,34 | 44,88 | 27,05 | 29,91 | 16,99 | 19,10 |

Fonte: Elaboração das autoras por meio dos microdados das PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2014.

Ao analisar a Tabela 1 pode-se visualizar proporções de pobres dominantes entre as mulheres no ano de 2004 em todos os grupos, e ainda em 2014 as mulheres continuaram apresentando maiores índices de pobreza quando comparadas aos homens. Os maiores índices de pobreza foram obtidos entre os indivíduos indígenas, seguidos dos pretos e pardos, independentemente do sexo. Conforme os dados da tabela, em 2004 o índice de pobreza entre as mulheres pretas era de 43,31% reduzindo para 18,62% dez anos depois.

É possível salientar que o grupo de indígenas obteve uma queda nos índices de pobreza apresentados de 47,79% para homens e 49,37% para mulheres entre 2004 e 2014, conforme a variação percentual. Enquanto isso, o grupo de brancos apresentou uma queda mais acentuada, isto é, uma queda de 62,36% entre os homens e 60,89% para as mulheres. Isso evidencia a facilidade do grupo de brancos em reduzir o nível de pobreza em relação aos outros grupos.

Como há um componente regional para a pobreza, na Tabela 2, tem-se as proporções de pobres segundo o gênero de acordo com as regiões geográficas, nos anos analisados.

Tabela 2. Proporções de pobres (FGT) entre homens e mulheres conforme as regiões brasileiras (2004-2009-2014) – em %.

| Grupo | 2004 | | 2009 | | 2014 | |
|--------------|--------|----------|--------|----------|--------|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Norte | 32,29 | 35,61 | 23,35 | 25,61 | 16,06 | 18,69 |
| Nordeste | 48,16 | 48,85 | 32,65 | 34,41 | 20,66 | 21,99 |
| Sudeste | 28,15 | 29,55 | 17,19 | 18,62 | 11,18 | 12,50 |
| Sul | 14,49 | 15,12 | 7,35 | 7,91 | 3,73 | 4,40 |
| Centro-oeste | 32,51 | 35,74 | 20,77 | 23,47 | 10,81 | 12,59 |

Fonte: Elaboração das autoras por meio dos microdados das PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2014.

A Tabela 2 traz as proporções de pobres entre as regiões do país. De acordo com dados da tabela, o Nordeste se destacou quando se trata das proporções de pobres. Essa região apresentou em 2004 uma proporção de pobres de 48,85% entre as mulheres e 48,16% entre os homens, passando para 21,99% entre as mulheres e 20,66% entre os homens em 2014. Apesar de ter avançado na última década, o Nordeste ainda continua representando a região mais pobre do país. Em oposição, a região sul apresentou desde 2004 as menores proporções de pobres tanto para homens quanto para as mulheres, chegando a um percentual de apenas 3,73% entre os homens e 4,40% entre as mulheres no ano de 2014. Deste modo, a situação de pobreza das mulheres pode ser pior conforme a região em que estão inseridas, já que na região Nordeste os índices de pobreza chegaram a ser 78,70% maiores que na região Sul no ano de 2014.

O nível de pobreza também pode ser compreendido conforme a inserção no mercado de trabalho. Na Tabela 3 podem ser visualizadas as proporções de pobres por sexo considerando a participação no mercado de trabalho.

Tabela 3. Proporções de pobres (FGT) entre homens e mulheres conforme participação no mercado de trabalho (2004-2009-2014) – em %.

| Grupo | 2004 | | 2009 | | 2014 | |
|-------------|--------|----------|--------|----------|--------|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| PEA | 25,60 | 25,57 | 15,15 | 15,44 | 08,88 | 08,89 |
| Fora da PEA | 33,45 | 33,94 | 23,46 | 24,01 | 15,71 | 16,27 |

Fonte: Elaboração das autoras por meio dos microdados das PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2014.

De acordo com Probst (2003), as mulheres enfrentam preconceito, discriminação, auferem menores rendas e ocupam os piores postos de trabalho. Por isso, as proporções de pobres entre as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho são ligeiramente mais elevadas que as dos homens. Apesar disso, estas proporções são próximas. Esses fatores podem ser justificados em razão do menor número de mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens. Portanto, isso não reflete necessariamente que a situação das mulheres esteja melhor, mas, o fato de que elas continuam menos inseridas nas atividades produtivas. É importante ressaltar que a redução das proporções de pobres entre as pessoas economicamente ativas pode ser reflexo da política de valorização do salário mínimo que afeta boa parte das pessoas ocupadas.

Entre a população não economicamente ativa, as proporções de mulheres pobres também são mais elevadas que as dos homens. Os índices de pobreza novamente se reduziram no período analisado. Entre os homens os índices passaram de 33,45% em 2004 para 23,46% em 2009, alcançando 15,71% em 2014. Entre as mulheres, os índices foram respectivamente de: 33,94%, 24,01% e 16,27%. Na Tabela 4, estão as proporções de pobres conforme a escolaridade.

Tabela 4. Proporções de pobres (FGT) entre homens e mulheres conforme a escolaridade (2004-2009-2014) – em %.

| Anos de estudo | 2004 | | 2009 | | 2014 | |
|-----------------|--------|----------|--------|----------|--------|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Sem instrução | 47,84 | 46,42 | 33,21 | 32,81 | 21,58 | 21,78 |
| 1 ano | 48,09 | 47,75 | 33,08 | 33,79 | 20,91 | 21,12 |
| 2 anos | 42,37 | 43,32 | 28,74 | 29,14 | 18,86 | 19,09 |
| 3 anos | 38,91 | 41,57 | 27,51 | 28,39 | 17,80 | 18,14 |
| 4 anos | 31,44 | 33,75 | 21,80 | 22,23 | 13,29 | 13,79 |
| 5 anos | 34,94 | 40,80 | 26,31 | 28,51 | 16,07 | 19,32 |
| 6 anos | 34,02 | 41,54 | 27,21 | 30,27 | 16,90 | 20,54 |
| 7 anos | 31,72 | 39,24 | 25,11 | 28,47 | 14,08 | 19,84 |
| 8 anos | 24,81 | 29,43 | 18,74 | 21,43 | 11,01 | 15,70 |
| 9 anos | 24,69 | 24,72 | 20,69 | 24,26 | 12,88 | 18,52 |
| 10 anos | 21,61 | 28,82 | 18,25 | 20,98 | 09,99 | 14,63 |
| 11 anos | 13,16 | 16,91 | 11,22 | 13,08 | 06,55 | 09,72 |
| 12 anos | 03,32 | 06,58 | 05,83 | 06,81 | 04,48 | 05,72 |
| 13 anos | 02,94 | 05,82 | 03,68 | 04,02 | 02,52 | 03,98 |
| 14 anos | 02,92 | 01,62 | 02,75 | 02,49 | 02,53 | 02,94 |
| 15 anos ou mais | 01,74 | 02,93 | 01,91 | 01,91 | 01,43 | 01,59 |

Fonte: Elaboração das autoras por meio dos microdados das PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2014.

Com base na Tabela 4 é notável que as proporções de pobres diminuíram conforme o aumento da escolaridade. As proporções de mulheres pobres, em geral, são maiores que as dos homens, independentemente do nível de escolaridade. A proporção de pobres entre homens com 9 anos de estudo era de 24,29% em 2004, enquanto entre as mulheres, era de 24,72%. Em 2014, o percentual reduziu para 12,88% entre os homens e somente para 18,52% entre as mulheres, denotando que, apesar da redução, as mulheres com essa escolaridade ficaram relativamente mais pobres que os homens.

Também é importante a analisar a situação específica das mulheres chefes de família e que possuem filhos – mães solo. Isto porque, essas mulheres precisam sozinhas garantir o sustento de suas famílias. Para tanto, muitas delas precisam realizar ao mesmo tempo o trabalho produtivo e reprodutivo. Na Tabela 5, estão as proporções de pobres conforme o tipo de família chefiado por mães solo.

Tabela 5. Proporções de pobres (FGT) conforme o tipo de família associado às mães chefes de família no Brasil (2004-2009-2014) – em %.

| Grupo | 2004 | 2009 | 2014 |
|--|-------|-------|-------|
| Mãe com todos os filhos menores de 14 anos | 65,17 | 54,47 | 44,03 |
| Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais | 22,92 | 15,34 | 10,29 |
| Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais | 59,18 | 51,14 | 40,63 |

Fonte: Elaboração das autoras por meio dos microdados das PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2014.

Na Tabela 5 é possível reconhecer que a idade dos filhos gera uma consequência na colocação social e financeira da mulher. Pode-se firmar esta informação de acordo com os dados da tabela, que mostram que mães com filhos menores de 14 anos apresentaram maiores índices de pobreza nos três anos analisados, tendo um percentual de 65,17% em 2004. Enquanto isso, as mães com filhos maiores de 14 anos ocupavam um percentual de 22,92% no mesmo ano. Além disso, as mães com filhos maiores de 14 anos tiveram uma queda de mais da metade nos índices de pobreza entre o ano de 2004 a 2014, passando de 22,92% para 10,29%, já no grupo das mães com filhos menores de 14 anos constatou-se uma pequena diminuição na pobreza, passando para 44,03% em 2014.

Observa-se que as mães que criam seus filhos sozinhas e estes têm idade inferior a 14 anos é o grupo de família que mais sofre com a pobreza. Geralmente, muitas dessas mães não contam com a contribuição de pensões, deixam seus filhos em creches para poder trabalhar e sustentá-los. Este perfil de mulher, não tem as mesmas oportunidades que as mulheres sem filhos têm no mercado de trabalho e acabam aceitando cargos menos qualificados e com menor remuneração a fim de propiciar o sustento de seus filhos. Conforme foi citado anteriormente, ao enfrentar o cuidado com a casa e com os filhos, as mulheres possuem uma carga horário de trabalho elevada, realizando o trabalho remunerado paralelamente ao trabalho não remunerado

para garantir o sustento da família. Além disso, o fato de terem que cuidar de filhos pequenos dificulta sua inserção no mercado de trabalho e a obtenção de renda.

De modo geral, as mulheres apresentaram em todos os anos maiores níveis de pobreza que os homens. Isso comprova que independente da região em que vivem, da sua autodeclaração de cor e inserção no mercado de trabalho, elas sempre viveram em desvantagem de renda e pobreza. Estes fatores apontam para uma feminização da pobreza. No Gráfico 3 apresentam-se as proporções de pobres entre homens e mulheres chefes de domicílio.

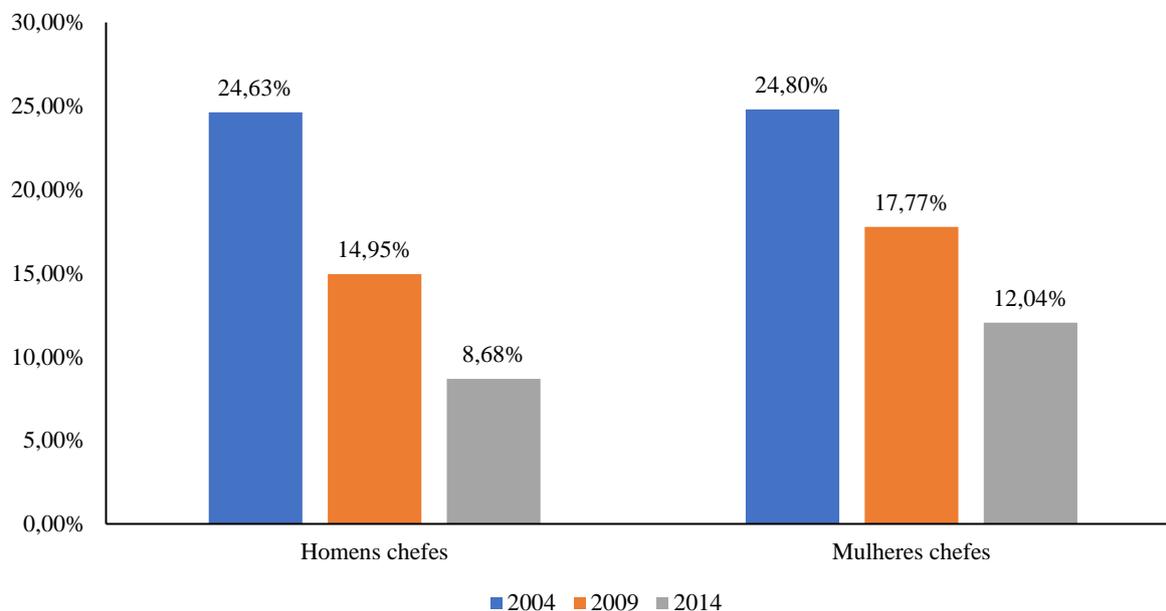


Gráfico 3. Proporções de pobres (FGT) no Brasil entre homens e mulheres chefes de domicílio nos anos de 2004, 2009 e 2014.

Fonte: Elaboração das autoras por meio dos microdados das PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2014.

Os dados do Gráfico 3 corroboram o fato que a pobreza é maior entre as mulheres chefes de domicílio. Houve diminuição da proporção de pobres entre chefes de domicílio nos anos analisados, mas a proporção de mulheres chefes de domicílio em situação de pobreza permaneceu alta. Enquanto a diminuição da pobreza entre homens chefes, entre 2004 e 2014, foi de 64,76% (conforme a variação percentual), a redução da pobreza entre as mulheres chefes foi somente de 50%, passando de 24,80% em 2004 para 12,04% em 2014. O distanciamento da pobreza entre mulheres e homens chefes de domicílio aponta mais uma vez para a feminização da pobreza. Este fator coloca todo o domicílio chefiado em situação de vulnerabilidade.

Ademais, os números apresentados denotam uma redução da pobreza no Brasil, feminina e masculina no período analisado. Apesar disso, persistiram as discrepâncias entre homens e mulheres, já que estes últimos índices se apresentaram mais elevados, especialmente quando se trata de mulheres mães com filhos pequenos. Isto salienta a vulnerabilidade desse grupo, que precisa de atenção em termos de políticas públicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a pobreza no Brasil conforme o sexo dos indivíduos. O estudo procurou evidenciar se a mulher apresenta maiores índices de pobreza que do homem conforme a cor ou raça, região, inserção no mercado de trabalho e tipo de família. Para alcançar os resultados obtidos foi utilizada a PNAD, analisando-se dados dos anos de 2004, 2009 e 2014.

Após calcular as proporções de pobres e analisar os dados obtidos, foi possível concluir que houve uma queda nas proporções de pessoas pobres no Brasil durante o período estudado, que reduziu para menos da metade do percentual em comparação ao ano inicial estudado. Apesar disso, ainda há uma proporção elevada de pobres no Brasil.

Ao analisar a pobreza por sexo observou-se que no decorrer dos três anos estudados, a mulher apresentou maiores percentuais de pobreza em relação ao homem. Isso aponta que a mulher, em geral, de fato é mais afetada pela pobreza que o homem.

Quanto às regiões do Brasil identificou-se que o Nordeste é a região geográfica que mais sofre com a pobreza. Em 2004, quase a metade da população desta região era formada por pobres, e mesmo após dez anos o Nordeste ainda se mostrou a região mais pobre do país. Foram apresentadas também as proporções de pobres de acordo com a cor ou raça. Concluiu-se que a pobreza é menor entre as pessoas brancas e maior entre as indígenas de ambos os sexos.

Para complementar este estudo foram estudadas as proporções de pobres conforme a inserção no mercado de trabalho. Notou-se que as proporções de pobres entre as mulheres inseridas ou não no mercado de trabalho foram superiores às dos homens.

Foi observado também os tipos de família, comparando-se mães chefes de família com filhos maiores e menores de 14 anos. Constatou-se que mães com filhos menores de 14 anos, mesmo com o passar dos anos continuaram apresentando altos níveis de pobreza, ao passo que, entre mães com filhos maiores de 14 as proporções de pobres eram inferiores.

Levando-se em consideração todas as variáveis estudadas, na maior parte dos dados evidenciou-se que a mulher apresentou maiores índices de pobreza. Com base em todos os dados examinados chega-se à conclusão de que as mulheres são mais afetadas pela pobreza do que os homens, e esta hipótese se comprova diante de todas as informações apresentadas por meio deste estudo. Este fato reafirma a feminização da pobreza e aponta para a necessidade de mais estudos sobre este tema, especialmente, no período posterior a 2014 de modo a orientar políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- BALTAR, P. E. A. *et al.* Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. (orgs.) *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* São Paulo, Scritta, 1996.
- BALTAR, P. E. SOUEN, J. A.; CAMPOS, G. C. S. Emprego e distribuição da renda. *Texto para discussão* 298. IE, Unicamp, maio de 2017.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P.; DUARTE, R. P. N. *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. IPEA. Rio de Janeiro, n. 454, p.35, jan. 1997.
- CASTRO, M. G. Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. *Mulher e Trabalho*, v. 1, p. 90-96, 2001.
- CODES, A. L. M. A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: em Direção a uma Visão Complexa. *Texto para discussão nº 1332*. Brasília: IPEA 2008.
- COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil. *Texto para Discussão nº 1137*. IPEA: Brasília, 2005.
- HULLEN, A. C. N.; BROTTTO, M. E. Pobreza e desigualdade no Brasil: para além das políticas de redistribuição, a necessidade das políticas de reconhecimento como forma de combate à pobreza e desigualdade de gênero. In. *V Simpósio Gênero e políticas públicas*. Universidade Federal de Londrina. 2018.
- IETS. *Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade*. Disponível em: <https://www.iets.org.br/spip.php?rubrique1>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.
- LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza, o caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, 1996.
- LITICHFIELD, J. A.; FERREIRA, F.H.G.; LEITE, G. P. *The rise and fall of Brazilian inequality: 1981-2004*. World Bank Policy Research Working Paper 3867, 2006.
- MELO, H. P.; BANDEIRA, L. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. *Unidad Mujer y Desarrollo. Proyecto "Governabilidad democrática e igualdad de gênero"*. Cepal: Santiago de Chile, junho, 2005.

Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/5943-pobreza-politicas-genero-brasil>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. *O que Entendemos por “Feminização da Pobreza”?* Centro Internacional de Pobreza, nº 58, 2008.

PNAD. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: microdados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004, 2009 e 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2006.

POCHMANN, M. Pobreza e crise econômica: o que há de novo no Brasil metropolitano. *Nota técnica*. IPEA: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5817/1/NT_n01_Pobreza-crise-economica_Presidencia_2009-maio.pdf. Acesso em 14 de maio de 2021.

PROBST, E. R. *A evolução da mulher no mercado de trabalho*. Instituto Catarinense de Pós-Graduação, Santa Catarina, 2003. Disponível em: https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em 14 de maio de 2021.

VASCONCELOS, L. *Sociedade – As dimensões da pobreza*. IPEA Brasília. Ano 4, edição 30, 11 jan. 2007. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 30 mar. 2021.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para política social. *Economia e Sociedade*, n 6, pp. 141-152, 1996.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* FGV Editora: Rio de Janeiro, 2003.

SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho – Como entender a aparente contradição? *Estudos Avançados*. 28 (81), 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/83897/86744>. Acesso em: 9 fev. 2021.

SALAMA, P. DESTREMAU, B. *O tamanho da Pobreza*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SZUL, K. D.; SILVA, L. M. *Feminização da pobreza no Brasil*. In.: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017.

SILVA, J. J.; BRUNO, M. A. P.; SILVA, D. B. N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. *Brasil. J. Polít. Econ.*, vol.40, no.1, São Paulo, jan./mar. 2020.